



Artigo

Ocupação e Resistência: os moradores e moradoras do Edifício Garcia

Occupation and Resistance: the inhabitants of Garcia Building

Ocupación y Resistencia: Los habitantes del Edificio García

Camila Fernanda Cenci Bertoncini¹

¹ Filiação institucional. Socióloga graduada pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.
Correspondência: E-mail: camilacenci@yahoo.com.br

Resumo

O Presente texto analisa como a experiência de ocupação de um edifício abandonado em uma região nobre transforma a vida de sujeitos e da comunidade. A partir da observação participante, de entrevistas semidirigidas procurou-se entender os processos sociais e afetivos que ordenaram as relações de poder entre moradores do edifício e o território no qual estavam inseridos.

Palavras-Chave: Edifício Garcia, Ocupações Urbanas, Movimentos Sociais, Poder, Ação Política

Abstract

The present text analyzes how the abandoned occupation experience of a building in a prime area transforms the lives of individuals and the community. From the participant observation, semi-structured interviews we sought to understand the social and emotional processes

that ordered the power relations between residents of the building and the territory in which they were inserted.

Keywords: Garcia Building, Urban Occupations, Social Movements, Power, Political Action.

Resumen

El presente texto analiza cómo la experiencia de una ocupación de un edificio en una zona privilegiada de la Ciudad de São Paulo transforma la vida de los individuos y la comunidad. A partir de la observación participante, de entrevistas semiestructuradas, hemos intentado comprender los procesos sociales y emocionales que ordenaron las relaciones de poder entre los residentes del edificio y el territorio en el que se insertan.

Palabras Clave: Edificio García, Ocupación urbana, movimientos sociales, poder, acción política

Introdução

O presente trabalho nasce do misto de curiosidade e experiência pessoal, nasci na cidade de São Paulo bem como toda minha família materna, sem propriedade residencial nós sempre moramos em casas de aluguel. O término dos contratos de locação era sempre um período de muita tensão, dado a provável necessidade de mudar de bairro, de ter que se adaptar a uma nova rotina, a novos vizinhos, a travar novas relações de amizade e convivência. A moradia de aluguel, portanto, sempre me alvitrou pra um sinônimo de desconforto e instabilidade.

O crescente movimento de ocupação nos centros urbanos me levantou essa questão da instabilidade de forma mais forte, se o aluguel já era para mim, e é para tantas pessoas, dado o “sonho da casa própria” ser aguçado em todas as esferas da população de baixa renda, como descrever e sentir o estado de instabilidade levado ao extremo sob a pressão de morar em uma ocupação? A curiosidade inicial, portanto, era como é viver em uma ocupação, quais os incômodos para os moradores, o que tem de positivo ou negativo, e como eles lidam com isto no seu cotidiano.

Os temas relativos à moradia têm sido abordados sob vários aspectos e recortes, aqui, especificamente, abordarei a moradia como causa ou consequência de conflito no cotidiano de seus habitantes, como cenário de disputa de poder entre eles e o meio social como um todo, bem como necessidade mútua do estabelecimento de laços interdependentes entre moradores em prol da manutenção desta mesma moradia.

Para isso, o limite geográfico do objeto em questão se encerra num prédio residencial intitulado Edifício Garcia situado na Rua dos Franceses, 230, no bairro classe média Morro Dos Ingleses, nas proximidades da Avenida Paulista. As características do prédio e de seus moradores, assim como as razões dessa escolha serão esclarecidas mais adiante.

É importante lembrar que o espaço de moradia tem-se transformado ao longo do tempo e contribui para a produção de diferentes modos de ser e existir de seus habitantes no mundo. A questão da habitação, por sua vez, não pode ser tratada como um problema genérico, pois se altera conforme o período histórico e é peculiar à classe social focalizada. A vida na cidade impõe a seus habitantes o permanente desafio de viver um cotidiano cada vez mais adventício. A cidade é cenário da construção de múltiplas possibilidades, e seu estudo remete a reflexão sobre os sujeitos sociais que, em sua heterogeneidade, e através de suas vivências individuais e coletivas, vão construindo e revelando diferentes modos de vida. E é pensando na condição desses sujeitos e em sua vivência como cidadãos frente à questão da moradia, que se desenrola o foco deste trabalho.

Esta pesquisa trata de famílias que empreenderam uma trajetória que lhes exigiu a ruptura com os modos de viver estabelecidos, legítimos e tradicionais e lançaram-se à transgressão de normas e leis, abandonaram valores e referências e, por isso, engendraram a construção de novas formas de relacionamento, foram elaboradas novas atitudes frente à vida e um esforço constante para alcançar a solidariedade entre diferentes que ocupam o mesmo espaço e compartilham das mesmas aspirações no que se refere a moradia. Na rica narrativa

dos sujeitos, descortinam-se sonhos, desventuras, tensões que modulam relações sociais e permeiam seu dia-dia. Disso resulta a construção de um espaço social específico condutor da discussão: a casa e o morar manifestam-se em diferentes significados, revelando sua importância (Fernández-Crhistlieb, 2004).

O desenvolvimento desta investigação dá-se na contextura de um prédio ocupado, o Edifício Garcia. Ocupado, aqui, refere-se à ação ilegal de determinado grupo de pessoas que se estabelecem em propriedade particular de outrem sem a devida permissão, no caso, uma propriedade “abandonada” por seu legítimo dono. Justifico a escolha desse local para a pesquisa por sua relevância social onde se averigua o embate entre a lei e a necessidade, o estabelecido e o outsider, o legítimo e o defeso, sendo importante, neste caso, considerar as vivências cotidianas de disputa por poder observadas entre os moradores e também considerá-los no âmbito do que conceitua Gilberto Velho como desviantes, e que, diante do foco, também me farei utilizar o termo para adéquo da pesquisa, além de outras ligações conceituais; sendo assim, torna-se possível analisar dentro de parâmetros teóricos algumas das sensações experimentadas pelos moradores do edifício no limiar da situação de enfrentamento contínuo de riscos que dificultam a manutenção de certa ilusão de estabilidade. A vivência cotidiana de situações, que muitas vezes ameaça a sobrevivência, permite visualizar o investimento afetivo e social dentro deste espaço (Fernández-Crhistlieb, 2004).

Trata-se, portanto, de problematizar o viver em conjunto, de perceber que configurações se engendram naquele local. Quais são os modos de vida ali produzidos, como a heterogeneidade e a diversidade vão se tecendo, onde a ação do Estado se faz presente e operante e ao mesmo tempo inoperante. Digo operante porque é o Estado que representa o agente que regula a lei infringida por estes sujeitos; e digo inoperante porque, apesar de ter o poder de decisão, como consideram os moradores, não resolve os problemas da moradia em questão.

Por fim, pretendemos neste trabalho relevar o “equilíbrio” de poder estabelecido entre os moradores desse prédio “ocupado” na cidade de São Paulo e as relações travadas com a vizinhança partindo de suas próprias representações, de seus modos de consciência e participação (Silva, 2001, 2003) através dos métodos de observação participante e entrevista semidiretivas.

Neste trabalho nos apoiamos em Erving Goffman, Norbet Elias, Gilberto Velho, e Alessandro Soares da Silva (2001, 2002, 2003), apresentamos as fontes teóricas com as quais trabalhamos. Tais trabalhos nos ajudaram a compreender as dinâmicas que orientam o cotidiano do bairro Morro dos Ingleses e as tensões que uma ocupação traz a esse território ao promover rupturas na vida cotidiana (Silva, 2001, 2012).

A Observação e as Entrevistas

Na tentativa de desvendar como as relações de poder se colocam no cotidiano realizei um estudo de concepção microsociológica que teve como eixo condutor às relações interpessoais dos indivíduos frente à questão da moradia, com o objetivo de conhecer e analisar as 33 famílias residentes em um edifício de ocupação localizado em área considerada nobre da capital de São Paulo, no bairro do Morro dos Ingleses.

A escolha do Edifício Garcia deve-se ao fato de seus moradores não estarem ligados a nenhum movimento de ocupação e nenhum movimento popular. Isto deve nos chamar a atenção porque apesar de existência do Movimento dos Moradores Sem teto do Centro, e o Edifício estar localizado na região central da cidade, seus moradores têm conhecimento mínimo de tal organização, e as poucas consultas feitas por representantes do Garcia a esta entidade foi de caráter jurídico, sem se ligar a ela.

Num primeiro momento buscamos as teorias sobre os novos e velhos movimentos sociais e ação social para amparo teórico às nossas questões, entretanto, as configurações apresentadas pelos moradores do edifício não se encaixavam nas teorias de movimentos sociais simplesmente porque eles não se veem como um grupo coletivo, e de fato, no decorrer da pesquisa percebe-se que não há, entre os moradores, relações de pertencimento, de união. Nota-se apenas um agrupamento vivendo situações semelhantes com algum corpo representativo em comum, mas não se reconhecem, de forma alguma, como pares.

Realizou-se por dois anos, a observação participante que consiste na interação entre investigador e grupos sociais, visando coletar modos de vida sistemáticos, diretamente do contexto ou situação específica do grupo. Foram colhidos depoimentos de famílias focalizando a relação dos moradores com vizinhos do prédio e vizinhos da rua, na tentativa de perceber como é representado socialmente um morador de ocupação, e ainda que tipo de dificuldade essa questão da moradia coloca para suas vidas. Assim sendo, trata-se da realização de entrevista despadronizada clínica que permite ao entrevistador ter liberdade para desenvolver cada situação em qualquer direção que considere adequada para estudar os motivos, os sentimentos e a conduta das pessoas.

Naturalmente não isolei o objeto do seu contexto, ou seja, o prédio onde a pesquisa foi realizada está localizado em um determinado bairro, cidade e estado, e tudo isso faz parte de um universo que tanto exerce quanto recebe forças do objeto, ou seja, destes sujeitos.

O eixo metodológico deste trabalho caracteriza-se pela preocupação em contemplar a dinâmica de reciprocidade entre sujeito e objeto, nos moldes da pesquisa participante, assim a abordagem mais apurada implica na consideração da interação entre pesquisador e pesquisados. Destaca-se o método da observação participante como instrumento relevante para o desvendamento do cotidiano multidimensional do edifício, portanto um estudo empírico, em que a observação de campo foi priorizada.

Ao se eleger a observação participante como técnica central na investigação, é preciso deixar claro que esta estratégia exige, não apenas estar presente no lócus em que se

dão os processos que se pretende estudar, como a experimentar a dinâmica de projeções e identificações nas relações com os participantes da pesquisa.

Descartamos as entrevistas com os não moradores do Edifício Garcia por acreditarmos que eles não são a única possibilidade para entendermos como os moradores se vêem. O que o vizinho pensa dele, é sim importante para o morador, mas não é a realidade empírica da ação dos vizinhos que nos importa neste momento. O que nos importa são as percepções que os moradores do Edifício têm de si a partir de seus vizinhos e da sociedade como um todo. Não nos importa aqui, o que os outros pensam dos moradores do Edifício Garcia, mas sim o que os moradores acreditam que os outros pensam sobre eles, e quais as consequências que isso os trás.

Passei a habitar o edifício Garcia, ou seja, o campo de pesquisa. Minha entrada no campo foi facilitada por uma colega de estudos, moradora do Edifício que estava de viagem marcada. Instalei-me no Edifício Garcia, na mesma noite em que minha colega mudou-se para outro estado. Transformar o familiar em exótico não foi tarefa muito difícil num primeiro momento, já que, diferente dos condomínios tradicionais, você não recebe nenhum manual de regras. As noções preconcebidas e as imagens de ocupação fixadas pela mídia também contribuem bastante para a relação de distanciamento num primeiro momento. Olhos e ouvidos são garantidores do espaço ocupado e, mais do que isso providenciam uma permanência segura.

O trabalho de campo durou cerca de dois anos entre 2005 e 2007. A observação participante por meio da convivência diária, tanto no espaço público quanto privado de suas casas revelou-se riquíssima, permitindo a captação do não explícito, dos ricos detalhes e exceções do cotidiano.

Foram escolhidos aleatoriamente 10 moradores. Entre os tipos de relatos orais, optou-se pelo depoimento, fez-se necessário recortar temas e situações relevantes e convidar sujeitos significativos a contar sua versão sobre a experiência vivida. Segundo Queiroz (1988) os depoimentos podem ser construídos em poucas entrevistas, usando roteiros semi-estruturados.

A pergunta básica era como é ser morador do Edifício Garcia. Em que medida isso era uma escolha, e como ela se apresentava nas suas relações. A intenção era apanhar o ponto de vista do morador na tentativa de compreender como as relações de poder se configuravam naquele espaço.

Ressalvo, no entanto, o quanto considero ser tarefa difícil dada quase impossibilidade de “transmitir o clima e o tom do que se está descrevendo” (Velho, 1994:13). É certo que as narrativas dos sujeitos pesquisados tão repletas de vida, na riqueza dos tons, em seus gestos, silêncios, sorrisos, expressões, tem cores mais intensas do que eu posso expor.

Para elaboração dos resultados, os fenômenos evidenciados a partir das entrevistas foram confrontados com as configurações observadas no estudo de campo.

O Poder, o Desvio e o Estigma

Para o presente trabalho é relevante a maneira pela qual Norbert Elias concebe o poder. Ao tratar de “poder” Norbet Elias nos propõe um olhar diferente da sociedade chamando-nos a atenção para o fato de que o poder não é uma coisa em si, é um instrumento criado a partir das relações entre os indivíduos ou grupos, o poder não é algo que se tem e pronto, só existindo a mediada que este está relacionado a outros. Partindo deste princípio fica claro que toda relação de poder parte de uma interdependência, e é ela que define o equilíbrio de poder de uma dada relação. As relações de conflitos podem ser mais perceptíveis e terem explicações que se aproximam mais da realidade considerando que os indivíduos são quem constroem e sofrem seus próprios atos, ou seja, todos os acontecimentos sociais são causados pela ação direta ou indireta do homem. Forças sociais são, portanto, forças exercidas sobre outras pessoas e sobre elas próprias.

O fato de as coisas caminharem na sociedade sem nenhum controle aparente, deriva do fato de que à medida que a especialização cresce alarga-se a interdependência de forma que nenhum grupo particular possa controlar o rumo dos acontecimentos. Isso não quer dizer que não são as ações humanas que dão forma aos acontecimentos, muito pelo contrario quer dizer que dada à interdependência entre tantos grupos ninguém consegue determinar o resultado das ações.

Assim ao tentar estudar qualquer fenômeno social, não se pode priorizar, nem o indivíduo nem a sociedade; devemos pensar os indivíduos como sociedade que juntos constituem varias configurações em constante mutação. Os indivíduos isolados não são a causa dos fenômenos mais também não existe uma força superior que oriente suas ações para determinado fim, é a relação entre eles e o seu equilíbrio de poder que constroem os fenômenos sociais, como pontua Elias:

O equilíbrio de poder não se encontra unicamente na grande arena das relações entre os estados, onde é frequentemente espetacular, atraindo grande atenção. Constitui um elemento integral de todas as relações humanas, é pelo menos bipolar e, usualmente multipolar. (1970: 80)

Não se ignora que as distribuições de poder sejam distribuídas em grande escala de desigualdade, entretanto, independente das diferenças de distribuição, o equilíbrio de poder existe sempre que existe uma relação de interdependência entre as pessoas.

Podemos nos perguntar: e de onde vem este poder? Norbert Elias nos ajuda a esclarecer que ele também é produzido pela relação de interdependência, ou seja, o que constitui um indivíduo ou grupo, com mais o menos poder, é a capacidade de reter o que outro indivíduo ou grupo precisa, e assim, da mesma maneira, tentar orientar o comportamento do

outro indivíduo ou grupo. “o poder não é um amuleto que um indivíduo possua e outro não; é uma característica estrutural de todas as relações humanas.” (1970:81).

A medida de poder é fluida, pois está ligada a interdependência. Pode se medi-lo a partir da capacidade que o grupo tem de orientar a atividade do outro muitas vezes até mais do que as suas. Ou ao contrário pela necessidade de se adaptar as exigências do outro, ceder à coerção de outros. Como se percebe o poder só pode ser medido com relação ao outro, bem como a ação de cada um deles está totalmente ligada a sua relação de interdependência.

O exercício de poder de um grupo ou indivíduo sobre o outro está diretamente ligada a sua interdependência, assim, mesmo a rivalidade, exerce função recíproca, ou seja, a interdependência é o que possibilita a coerção mutua e à medida que a interdependência diminui equilibram-se as relações de poder.

As ações dos grupos ou indivíduos não podem ser avaliadas isoladamente, pois são constituídas e constituem um processo de interdependência e, portanto são realizadas a partir das ações realizadas pelo outro lado. Em grande escala fica difícil para cada indivíduo dentro de um grande grupo perceber os reflexos de sua ação e por isto esta sensação tão comum de que não se pode fazer nada ou de que as coisas têm um rumo independente do controle e ação do homem.

Entendemos por todos estes motivos o poder como elemento constituinte das relações e, portanto, estrutural sem qualidades próprias como bom ou mal. O pressuposto central de Norbert Elias que partilhamos aqui é o de que indivíduos são condicionados socialmente ao mesmo tempo pelas representações que fazem de si mesmo e por aquelas que lhe são impostas pelos outros com quem entram em relação.

Em *Os Estabelecidos e outsiders*, Norbert Elias nos propõe dois conceitos complementares, que nos ajudaram a elucidar as relações entre os moradores do edifício Garcia e sua vizinhança. Entre outras características os estabelecidos são definidos por ele como grupo ou indivíduos que ocupam posição de prestígio e poder, fundando seu poder no fato de se considerarem e serem considerados modelo de conduta moral. Os outsiders ao contrário são os que estão fora da boa sociedade e geralmente estão associados a baixo padrão moral.

Gilberto Velho, mais especificamente em seu trabalho “Desvio e Divergência”, há a idéia de *desvio* conceituado não como uma qualidade da ação do considerado desviante, mas como a consequência da aplicação por outrem de regras e sanções ao transgressor. O *desvio*, o sujeito desviante só existe a partir do momento em que uma determinada ação ou comportamento são caracterizados como fora da regra, como inadequado. A idéia de desvio configura o desviante em relação a um segundo com suficientemente mais poder que possa marcar uma determinada conduta como transgressora. Gilberto Velho esclarece ainda que, só é possível pensar em desvio a partir de um referencial de comportamento estabelecido: “A idéia de desvio, de um modo ou de outro, implica a existência de um comportamento ‘médio’ ou ideal, que expressaria uma harmonia com as exigências de um sistema social.” (1997:17)

Se alargarmos um pouco os horizontes e pensarmos que existem regras gerais, morais e éticas, que encaminham a sociedade, mas que existem também regras específicas em cada grupo, então também poderá ser verificado o comportamento desviante não como parte da ação em si, mas da qualificação por outrem que julga esta ação e que, comumente, as regras de conduta de grupos diferentes tendem a se chocar.

O conceito de desviante, na perspectiva de Gilberto Velho, expõe um indivíduo deslocado, marginal, mas que só pode ser considerado um desviante porque está em constante relação de interdependência com outros e é o equilíbrio desta interdependência que forma a configuração de desvio. Neste momento o indivíduo, ou grupo considerado desviante, é por certo quem detêm menos poder e, devido a isso, fica à mercê do julgamento de seus opositores.

Erving Goffman, em seu livro “Estigma – Notas sobre a Manipulação da identidade Deteriorada” define *estigma* como: “situação do indivíduo que está inabilitado para aceitação social plena” (1988:11). Ou seja, qualquer atributo que gere descrédito, que seja desabonador das relações que um indivíduo ou grupo venha travar. Partindo desta afirmação podemos concluir que a existência do estigma depende diretamente de uma relação de interdependência. Os atributos não têm valor por si, eles são preenchidos de valor pela crença dos homens de um determinado grupo. Assim como o poder em Elias, os atributos do estigma não possuem qualidades próprias, sendo construído na relação com o outro.

O estigma, assim como o comportamento desviante e o poder, é fluido, não é estático, não se tem poder, não se tem comportamento desviante, não se tem estigma como uma qualidade inata. É uma passagem não um estado, o indivíduo está com o poder, está apresentando comportamento desviante, está estigmatizado.

Seguindo essa perspectiva, é neste ponto que a teoria de Norbert Elias se comunica, a ideia de desvio de Gilberto Velho e Estigma de Goffman, tudo está diretamente ligado a relação de poder, e, portanto, interdependência. O outsider, o desviante, o estigmatizado, é o revés da moeda, do estabelecido, do adequado “normal”.

Os moradores do Edifício Garcia acreditam enfrentar cotidianamente o estereótipo de baixo padrão moral, de serem mal vistos por morarem em uma ocupação, e a configuração de suas relações com o entorno se caracterizam exatamente pelos conceitos trabalhos por Elias, Velho e Goffman. A partir deste caso, vê-se que, ao olhar para a casa humana seria ao mesmo tempo vislumbrar a história, pessoal ou coletiva de sujeitos e perceber a existência de diferentes formas de subjetividade, na habitação, no cotidiano e na imaginação. Usando os conceitos apresentados construímos um caminho para perceber e analisar como é o cotidiano dos moradores do Edifício Garcia, partindo do próprio olhar de morador para a sua condição.

É nesse contexto que para entender as representações construídas nesse espaço, se faz interessante pensar na dinâmica da produção de uma consciência política e social (Silva, 2001) que resulta de processos de interação e de apropriação de relações de poder que habitualmente não são objeto de um cidadão que esteja em uma situação de conforto. Ocupar é um ato de produção de sentidos como apontou Alessandro Silva (2002, 2007) e que

desvela a ausência de significações em um dado espaço. É nessa linha que entendemos os processos de ocupação do Edifício Garcia.

Bela Vista, Morro dos Ingleses e o Edifício Garcia

Este capítulo é destinado a contar a história da ocupação a partir dos relatos dos moradores, julgou-se necessário incluí-lo nesta pesquisa porque ele nos permite notar a transformação que os moradores do Edifício Garcia provocam na região, e a transformação que o edifício causou na vida dos seus moradores.

Remonta a história que em 1878 a Companhia Antonio J. L. Braga comercializou os lotes da região hoje conhecida como Bela Vista, trazendo ao bairro um crescimento sem precedentes com a chegada dos imigrantes europeus, portugueses e principalmente italianos calabreses mesclando-se com ex-escravos e seus descendentes além da população oriunda da zona rural.

O bairro da Bela Vista é hoje intitulado patrimônio histórico cultural da cidade de São Paulo, é reconhecido com espaço que abrigou imigrantes italianos, negros recém libertos e a população pobre da cidade em crescimento. O bairro oferece como atrativo para seus moradores e visitantes a festa de Nossa Senhora Achiropita, Teatros, cantinas italianas, a escola de samba Vai-Vai, tradicional no samba paulistano, entre outros.

O Morro dos Ingleses faz parte do distrito da Bela Vista e apresenta um diferencial desta história maior da Bela Vista que conhecemos, nesta parte o nome das ruas fazem referência à natalidade europeia: Rua dos Ingleses, Franceses, Belgas, e o próprio nome do bairro, marca a morada de oriundos de outras regiões da Europa.

O que pudemos verificar é que o Morro dos Ingleses é uma parte de construções mais recentes da Bela Vista, que depois de arruada passa a ser a elite do bairro, onde a aristocracia construiu seus casarões, habitada já após a imigração em massa, pelos trabalhadores em ascensão social. O Morro dos Ingleses era reflexo da Avenida Paulista habitada pelos reis do café.

A história do Morro dos Ingleses pelo pouco que encontramos sobre ela remonta a estratificação social de uma cidade ainda em crescimento. Nos relatos da época colhidos por Toledo Lucena (1983) os moradores falam da Avenida Paulista como lugar onde moram os grandes barões do café e, a proximidade da moradia a Avenida Paulista é a marca na escala social. A parte baixa do Bixiga as margens do Saracura era a parte destinada a ser habitada pelos negros libertos.

O tempo, a urbanização e os novos moldes de civilização que vem junto com ele derrubaram muito da arquitetura do passado. A corrente migratória agrava o problema habitacional devido ao crescimento desorganizado da cidade, a escassez de moradia obriga parte da população a viver em aglomerados. Esse fato torna-se relevante para a pesquisa ao se perceber que, embora a arquitetura tenha se transformado em acompanhamento ao fluxo

das populações e do tempo, pode-se pensar que a configuração estabelecido e outsider, termo definido por Elias, ainda perdura como resquício histórico ainda presente no modo de como os moradores mais antigos do local encaram a permanência do grupo de moradores do Garcia. Como constatado em pesquisa, no local, durante a República e o início da era industrial brasileira, os europeus imigrantes construíram suas habitações, formando o “Morro dos Ingleses” em contraponto proposital a se diferenciar do grupo de trabalhadores negros e pobres que habitavam a parte baixa do Bixiga. Aliás, Bixiga faz alusão aos portadores da doença, que no tempo se alastrava em epidemia, a varíola.

Edifício Garcia: o prédio ocupado

Situado na Rua dos Franceses, pertencente ao Bairro Morro dos Ingleses distrito da Bela Vista na Capital de São Paulo, área nobre de casas edifícios e condomínios habitados pela classe média alta da cidade, no número 230 fica o Edifício Garcia.

Sua construção é da década de 1970, foi tombado patrimônio histórico-cultural da cidade em 2002.

O prédio é composto por seis andares de quatro apartamentos por andar, Dois de frente e dois de fundo. Os apartamentos de frente voltados para Rua dos Franceses têm como vista os fundos do Hospital Infantil Menino Jesus e tem três dormitórios. Os apartamentos dos fundos com dois dormitórios dão para Rua Marques Leão, os mais altos têm a vista da Avenida Paulista ao fundo e é possível observar um belo pôr-do-sol.

A cobertura tem dois apartamentos de um dormitório e o subsolo que antes da ocupação era área de convivência dos moradores, passou a ser habitado por duas famílias nos últimos anos. No andar térreo temos mais dois apartamentos e do lado de fora onde antigamente era casa do zelador também mora uma família.

O edifício tem em torno de 98 habitantes abrigando a 33 famílias, é importante ressaltar que elas de maneira nenhuma estão distribuídas em condições uniformes, portanto uma média de pessoas por apartamento seria irrelevante, pois não reflete a realidade da distribuição dos moradores, dada a diferença de número de pessoas por apartamento e das características físicas dos mesmos.

A administração no Edifício Garcia é feita por uma comissão composta por três moradoras, elas são responsáveis voluntárias por organizar as despesas para manutenção dos serviços básicos do prédio e acompanhar as questões jurídicas.

As contribuições para manutenção das despesas coletivas do edifício são arrecadas por esta comissão, alguns moradores se recusam a pagar alegando não saber o destino do dinheiro apesar de haver prestação de contas mensal em assembleia.

No hall de entrada são afixados cartazes listando os moradores inadimplentes e o valor de suas dívidas, o que gera constantemente acusação contra a comissão de incompetência e as participantes de mentirosas e ladras.

Outro motivo de discordância é prioridade das medidas a serem tomadas, e como as fazer. A falta de água é um problema constante, pois é irregular; os moradores acusam um ao outro de ter reservatórios individuais o que faz com que a água se esgote mais rápido. Os elevadores não funcionam e os moradores do último andar sempre colocam isto em pauta nas assembleias, mas os moradores do andar térreo e primeiro andar sempre vetam a pauta gerando ainda mais discussão. Regularmente se encontra moradores de um apartamento roubando energia elétrica de outro.

As medidas a serem tomadas são propostas em assembleia pela comissão e todo o morador tem direito a voto. As assembleias não têm um número regular de participantes, mas como são realizadas no hall de entrada do prédio e as pautas e decisões são afixadas nos corredores todos sabem o que se passa nas assembleias. Boa parte dos conflitos existentes no edifício surge destas decisões, porque parte dos moradores tomam conhecimento da pauta não votam em assembleia e depois demonstram seu descontentamento pelos corredores do edifício. É comum reclamarem de administração arbitrária e de discussões por causa de arrecadação de dinheiro que termina em bate-boca.

Memória de uma Ocupação

O Edifício Garcia como ocupação tem uma história peculiar, primeiro pela sua localização, depois pela maneira pela qual a ocupação se deu. São estas características exclusivas que vamos examinar aqui.

As ocupações urbanas feitas na cidade de São Paulo partem de uma mobilização coletiva de uma seleção de um prédio a partir de critérios estabelecidos pelo Movimento Sem Teto que é quem lidera as ocupações do centro da cidade. Geralmente são prédios abandonados ao tempo e ao acaso em sua maioria pertencem ao estado. A ocupação do edifício Garcia não partiu de nenhum movimento popular e até hoje é independente deles, os caminhos percorridos pelos moradores desde a ocupação, foram decididos em suas assembleias pela maioria dos moradores presentes.

As transformações no edifício segundo relato dos moradores iniciaram em 1997, quando um prédio residencial comum passa a enfrentar questões que fogem do cunho privado.

Os 33 apartamentos eram habitados apenas por locatários, sendo o Edifício de um único dono, representado por um administrador, também morador do prédio. Neste período começaram a existir problemas de manutenção nas dependências do prédio, bem como a falta de abastecimento tanto de energia elétrica quanto de água. Os episódios mais preocupantes como a falta de água e luz eram resolvidos num curto período, mas levando até

dois dias. O administrador respondia a essas questões para os inquilinos, garantindo que o problema seria resolvido e que estava sendo causado por motivos de manutenção como limpeza de caixa d'água, troca de fiação. Segundo os moradores mais antigos isto era uma forma de ganhar tempo até que conseguisse a religação e ou manutenção do serviço suspenso por falta de pagamento. Os argumentos não convenciam os moradores, mas como logo à situação era resolvida, apesar dos incômodos causados não gerava maiores problemas. O que não impedia que se repetisse esporadicamente. Estes constrangimentos estavam sendo causados pela ausência de pagamento para os prestadores de serviço.

Os moradores mais antigos dizem que os rumos da inadimplência do prédio foram de responsabilidade única e exclusiva do proprietário, que apesar de ter nomeado um administrador, recolhia todo o dinheiro recebido pelo condomínio e aluguel e não repassava aos prestadores de serviço, em consequência os moradores ficavam sem os serviços pelos quais eles pagavam as tarifas. A ausência de água e luz começou a se alternar, ora faltavam uma ora faltava à outra. O elevador deixou de ter manutenção e parou de funcionar, a limpeza passou a ser organizada e realizada pelos próprios moradores.

O administrador não tinha mais como conter as cobranças e manifestações de insatisfação dos moradores, alguns deles já haviam deixado de fazer os pagamentos do condomínio alegando não terem as suas necessidades básicas atendidas.

No final de 1999 foi inevitável para o administrador revelar aos moradores que o prédio estava atolado em dívidas, e que embora tentasse era muito difícil conter a suspensão dos serviços já que as contas se acumulavam cada vez mais, primeiro porque o proprietário recolhia o dinheiro recebido e não repassava para os prestadores, e depois porque com a falha nos serviços a inadimplência dos moradores vinha aumentando dificultando ainda mais a possibilidade de organizar as despesas.

Ocasionais incômodos passaram a fazer parte do cotidiano, dando início a um fato inédito na Rua dos Franceses, se não na história da luta por moradia na cidade de São Paulo. Diante desta situação os moradores suspenderam definitivamente os pagamentos ao proprietário e se organizaram na tentativa de reorganizar a vida dentro do Edifício Garcia.

O que acontece aqui é a união de moradores diante de uma situação completamente nova e desconcertante. O fornecimento de água foi interrompido definitivamente por falta de pagamento, durante um período os moradores abasteciam seus baldes e bacias com a água fornecida por caminhão pipa, comprado por eles, com custo alto e péssima distribuição.

Neste momento parte dos moradores saíram do Edifício, os inquilinos tinham se disposto a pagar em torno de 900 reais mensais por habitação e acabaram metidas numa necessidade de organização coletiva, para ver essas necessidades atendidas. Cerca de vinte dos trinta e três apartamentos ficaram vazios, a organização estabelecida tentava manter os serviços de manutenção do prédio, mas não conseguiam recolher dinheiro suficiente para isso, e por outro lado ninguém queria encabeçar esta luta, que alias não fazia parte do universo destes sujeitos. Não havia nenhum movimento de ocupação, nenhuma ideologia

compartilhada, nenhum protesto contra propriedade privada, as pessoas foram apenas se acomodando as mazelas do Garcia.

O proprietário do imóvel encaminhou um representante pedindo para que o restante dos moradores deixasse o prédio, reconhecendo que não teria condições de regularizar as pendências naquele momento, e informando que o pedido de despejo por inadimplência também já havia sido feito.

Os moradores decidiram ficar nos apartamentos e os vazios foram ocupados por pessoas convidadas pelos resistentes. Começa aqui o processo de irregularidade dos moradores, o proprietário do prédio já tinha marcado sua posição e pedido para os moradores se retirarem. O rumo do prédio foi assumido pelos moradores.

Um esquema de desvio de água foi feito por um dos moradores, o problema da água se resolveu ali em alguma mediada, este senhor, conhecido como Seu João passou a cobrar de cada apartamento uma taxa de 15,00 reais semanais para garantir o serviço da água. Para os moradores um valor razoável, dada a sua necessidade. Esta taxa caiu para 15 reais por mês em 2002, e hoje não existe mais. O Seu João não é mais o único a conseguir fazer com que a água chegue aos apartamentos e esta tarefa é hoje dividida entre um grupo de cinco moradoras.

Os apartamentos vazios foram sendo ocupados por amigos dos moradores, era uma tentativa de garantir que morassem pessoas de “bem” e que estas contribuíssem para manutenção da ordem ali estabelecida. Em um processo pacífico O Edifício Garcia se tornou uma ocupação.

Algumas tentativas de compra dos apartamentos por parte dos moradores foram feitas, mas nada significativo tiveram vários advogados em sua defesa, mas nunca um houve um resultado positivo, o proprietário sempre ganhou os pedidos de reintegração de posse, mas nunca fez valer este direito. Isso não se sabe bem porque, a especulação diz que ele teria um custo alto para tirar os moradores, então que ele prefere guardar esta "carta na manga" para que quando haja de fato uma possibilidade de venda do prédio ele faça valer o direito de reintegração e não corra o risco de ter o edifício ocupado novamente.

Os moradores se organizam para manter o funcionamento “normal” de um prédio privado, a limpeza foi dividida por andares, a legalização da energia elétrica bem como a troca da caixa de luz foi aprovada em assembléia e esta sendo paga pelos ocupantes.

Além de todas as dificuldades de mobilização e consenso os moradores do edifício foram se modificando ao longo do tempo, alguns dos moradores passaram os seus apartamentos para outras pessoas por valores que variam em torno de cinco a dez mil reais. Nesta relação comercial os novos moradores geralmente só conhecem uma parcela das dificuldades do edifício e é impelido á ingressar num esquema de organização que não necessariamente ela concorda, este é um dos motivos pelos quais as assembléias discutem varias vezes a mesma questão. Por outro lado o antigo filtro feito pelos moradores convidando seus amigos ou parentes para habitar o prédio foi substituído pela entrada de pessoas mais distantes.

Como fica claro a partir do relato dos moradores o edifício passou por uma transformação de prédio residencial que atende as normas comerciais para um edifício ocupado por um processo lento e não necessariamente calculado, ou seja, não existiu um grupo de liderança e tomada de posição as transformações no edifício foram se somando as necessidades e oportunidades.

Compreendendo as Relações de Poder no Edifício Gracia

Ao discutirmos as relações de poder (Almeida, Silva e Corrêa, 2012) travadas entre os moradores deste edifício Garcia com o espaço e com seus vizinhos, considerando o período de observação e o relato dos moradores amparados de modo a perceber como estes moradores representavam esta realidade.

O presente trabalho foi realizado em uma área de ocupação (Silva 2007), seus moradores sujeitam-se constantemente, ao risco de desapropriação, temem ter que desocupar o edifício e deixar tudo que construíram para trás, e acreditam que é importante lutar pela regularização da situação habitacional. A ilegalidade, aliada há outros fatores como a marginalidade, parece intensificar o sentimento de instabilidade e se expressa em atitudes contraditórias quanto à apropriação, pelos moradores, do lugar que habitam. Uma das entrevistadas nos disse: “agente vai ficar arrumando tudo para quando tiver bem bonitinho virem e botarem agente para fora”

Observou-se que em geral os moradores se sentem acolhidos por terem um endereço no Edifício, mas ter este endereço como moradia não deixa de representar para eles sinônimo de humilhação e exclusão. A fala de uma das entrevistadas nos mostra como os moradores procuram ocultar ou alterar seu endereço em situações públicas: “eu tenho vergonha de receber visita não trago ninguém aqui. Outro dia quanto meu patrão me deu uma carona pedi para ele me deixar na esquina”.

Os valores criados pela sociedade maior, a *estabelecida*, nos termos de Elias – moradia legalizada, tarifas e impostos devidamente pagos, etc. - são incorporados em geral pelo grupo de moradores do Garcia, que por não atenderem ao requisito de “bons cidadãos” sentem-se envergonhados diante dos moradores do entorno do bairro e da sociedade como um todo. Manuel Castells aponta uma análise semelhante em um dos seus estudos mais conhecidos:

Os dois modos de comportamento (o da sociedade maior e o de grupos menores inseridos nela, em suas residências) foram assimilados, por um lado às residências e à cidade central, por outro lado, ao modo de vida da classe média e ao da classe mais pobre. Mas em todos os casos, ele se propõe como uma seqüência, como a passagem progressiva de um ao outro. Tanto mais que a comunidade residencial não se opõe à preponderância das relações secundárias e das inclinações à sociedade global; ao contrário elas se reforçam. (158:1983)

O papel de normal e desviante é complementar além de exibirem paralelos e semelhanças, são partes um do outro, portanto, são perspectivas geradas em situações sociais diversas.

Observando o comportamento no interior do edifício verifica-se que a vertigem “psicossocial” coloca em operação estratégias solidárias e perversas de inclusão. Percebeu-se, por exemplo, a ocorrência de mecanismos de defesa da instabilidade vivida na transição entre diferentes espaços: trata-se da tentativa de estabelecer controle social sobre os indivíduos que transitam sobre o contexto do edifício, principalmente os vindos de fora. A inquietação e a angústia geradas pela dificuldade em reconhecer, de imediato, o lugar social que cada um ocupa, desencadeia uma tendência em monitorar a movimentação dos corpos-sujeito que transitam no ambiente do prédio, esses sujeitos tendem a ser percebidos como corpos estranhos e potencialmente ameaçadores.

Além das dificuldades de ordem material, os moradores são objetos de discriminação e estigma. São vistos com desconfiança e descaso pelos vizinhos e, frequentemente, chamados de forma pejorativa de “favelados” ou “barraqueiros”.

A despeito de toda a balbúrdia apresentada no Edifício, o mecanismo de controle e apaziguamento também é um mecanismo interior, existe um código interno de que os problemas sejam resolvidos da portaria para dentro. Se o viver em coletivo gerava muito aprendizado, a aceitação do outro e das diferenças, há também muita dificuldade a transpor, as oriundas de choques de interesses, de valores e de estilos de vida.

Nos relatos obtidos, percebe-se que a inserção no movimento deu-se de forma diferenciada entre os participantes e nos novos agregados, fazendo crer que há diferentes níveis de compreensão do sentido e da dimensão da ação política empreendida, por alguns percebida apenas como uma ação heróica e por outros apenas como uma saída possível para seu problema de moradia.

Os sujeitos, habitantes dos espaços de ocupação, estão ao mesmo tempo excluídos de um território dominante e de suas formas de organização, mas incluídos, às vezes do modo mais perverso. Em suas formas inovadoras de sobrevivência e sociabilidade, por um lado encontram-se excluídos e marginalizados com relação à forma dominante de ocupação e de organização do espaço social, mas por outro são incluídos ao habitarem espaços de transição. Nossos sujeitos nem bem são proprietários nem bem são locatários de um espaço residencial, são ocupantes, ou invasores como costumam serem chamados pela vizinhança. Não moram ali porque podem, porque tem o capital necessário para morar neste local, mas porque através dos desvios possíveis na organização social do espaço ocuparam aquele lugar.

Como já tratou Gilberto Velho em *Utopia Urbana* (2002), as cidades são habitadas de modo a representar a estratificação da sociedade. Os moradores do Edifício Garcia, em princípio, não tem o capital que o constitui como morador da Rua dos Franceses, e digo em princípio porque no decorrer da pesquisa fica claro que apesar das mudanças de moradores alguns são anteriores a mudança de status do prédio. Daí além das dificuldades apresentadas pelas questões próprias do prédio ainda opera sobre os moradores o estigma de desviante.

Quando se pega um táxi e pede para descer na porta do Edifício é comum ouvir a expressão: “há é aqui, quanto está valendo o espaço aí agora?”.

Ao longo do tempo, as relações da vizinhança que se estabeleceram e determinaram à construção de uma experiência social traduzida em vínculos de solidariedade que se tecem ao mesmo tempo em que as divergências e as dificuldades de convivência com as diversidades sociais, culturais e comportamentais também se manifestam em grupo de estranhos entre si. Em curto espaço de tempo o edifício cria um grupo específico na Rua Dos Franceses.

Paradoxalmente é esse grupo heterogêneo que constrói suas relações na diferença, que precisa manter-se unido e em estado de constante mobilização, para encaminhamento da luta e de estratégias consensuais de atuação. O processo de luta requer cumplicidade e solidariedade e a construção e desconstrução de referências identitárias e de valores de vida, esta é a única possibilidade de resistência. Norbert Elias nos propõe que quanto mais coeso é o grupo ainda que ele tenha menos poder ele é mais forte, e quanto os laços de coesão se afrouxam ele diretamente contribui para sua desvantagem no cenário da disputa.

A despeito da ocorrência de estratégias de inclusão mais solidárias, que tornam possíveis a realização de objetivos coletivos, notou-se que solidificam, no contexto do prédio, fronteiras inseridas no seu interior. Fronteira essa que é mais ampla que o próprio estado de ocupação, a saber: a exclusão ou inclusão, geralmente de forma patológica, de sujeitos que não se integram, aos padrões do espaço social e desafiam a manutenção de certa organização e de uma ilusão de estabilidade. Uma das moradoras falando de colaboração se refere a dois moradores que se recusam a pagar sua parte nas despesas coletivas: “agente queria poder tirar esse povo que não colabora daqui, eles só trazem problemas”.

Em todo o período da pesquisa não constatamos nenhum trabalho realizado pelos homens moradores do edifício que não fosse remunerado, verificamos que parte das obras é realizadas por um grupo de moradores do edifício, mas estes estabelecem um valor para o trabalho a ser realizado que é pago pelo dinheiro arrecadado dos próprios moradores. Assim não existe um trabalho voluntário, todo trabalho realizado é pago ainda que seja realizado pelos próprios moradores para benfeitoria do seu cotidiano, com exceção dos trabalhos realizados pelas mulheres.

As mulheres são a parte ativa do movimento, elas é que tendem a identificar em primeiro lugar as demandas por melhoria no ambiente físico, tanto coletivo quanto particular. Observou-se que todos os movimentos promovidos foram por iniciativa delas, para resolver problemas como abastecimento de energia e água, armazenamento adequado de lixo, segurança, entre outros. Elas atuam em vários níveis: promovendo a conscientização e reeducação das atitudes dos moradores, organizando mutirões e arrecadando verbas para a realização das obras resolutivas. Não seria falso afirmar que, a ocupação do Edifício Garcia e a sua manutenção é essencialmente um trabalho feminino.

Considerações Finais

No presente trabalho tentamos demonstrar o que se passa no cotidiano dos moradores de um prédio ocupado no centro da cidade de São Paulo. Para dar conta de tal tarefa elegemos o edifício Garcia como objeto de nosso estudo. Durante o período de dois anos, compreendidos entre 2005 e 2007, realizamos a observação participante e posteriormente entrevistas semidiretivas com os moradores do prédio no intuito de apreender o ponto de vista dos mesmos sob a condição de moradia irregular.

Para elucidar as questões levantadas no trabalho de campo buscamos nos alicerçar na teoria sociológica, em trabalhos já realizados que pudessem nos fazer guiar expectativas durante o processo da compreensão da realidade enfrentada. No decorrer do trabalho fomos acrescentando e descartando conceitos, repensando cada um deles, num movimento contínuo às nossas apreensões. Descartamos as teorias de *Ação Coletiva* bem como de *Movimentos Sociais*, pois entendemos que as ações dos moradores do Edifício Garcia não têm cunho coletivo; são indivíduos que passam por experiências semelhantes, mas não chegam a criar relações identitárias. Acreditamos que isto se justifica pelo fato de estes moradores negarem constantemente sua condição de ocupante. Em consequência dessa negação verifica-se a total impossibilidade de ser construída uma relação de pertencimento e junto dela o movimento de *ação coletiva*. Os moradores não querem pertencer nem ao local onde estão nem a categoria social de que fazem parte (sem-teto), eles não se vêem assim e isto fica claro nas entrevistas realizadas. Para eles a situação é passageira, ser morador do Garcia é apenas um caminho para futuramente terem sua própria morada. E é sempre contando com este futuro que nunca chega que vivem individualmente cada um dos moradores do Garcia no sempre presente.

Fica claro para nós, portanto, que eles não querem ser ocupantes, não querem ser vistos assim. Apesar de não estarem satisfeitos com a situação, também não acreditam e apostam numa resolução governamental. Querem construir sua nova morada dentro da legalidade, partindo de suas próprias condições. A partir disso verificamos que os moradores não enxergam o problema de moradia como um problema social, mas sim como um problema individual, como problema particular de cada um e talvez isso determine a posição, ou melhor, a não-posição coletiva diante da situação e frente a toda sociedade. Comportam-se como se fosse uma vergonha não ter onde morar e vestem-se dessa culpa individualmente. Querem se afastar de qualquer estigma, de qualquer apontamento desviante, diferente do padrão legal. Querem cada um, a sua maneira individual, conquistar sua moradia pelos próprios esforços, não através da caridade e muito menos pela força política de um possível movimento social.

Dessa forma, as relações sociais dentro do Edifício Garcia se permeiam, a partir de uma espécie de *interdependência*, utilizando o conceito de Elias, invisível, qual seja os moradores entendem sua presença vista como estigmatizada pelos outros vizinhos do entorno, da mesma rua, dentro da concepção de Goffman, apesar de não manterem contato algum com estes vizinhos. Na verdade, o sentimento gerado nesses moradores é um sentimento de inferioridade diante não só destes vizinhos, mas um sentimento inferior diante de toda sociedade que lhes vem representada, dos colegas de serviço, dos amigos. E é por temer a posição discriminada da sociedade padrão e legal que se recusam a se autodenominar sem-teto ou a entrar em qualquer movimento que levante a bandeira de luta contra esta situação. Sua vergonha em assumir-se

como morador ocupante, portanto, está intrinsecamente ligada a interiorização das regras sociais dominantes da sociedade estabelecida. Pois não há nenhuma ligação próxima desses moradores com os demais vizinhos do entorno da rua (classe média-alta) e, no entanto, é com a representação dos valores destes que eles se julgam e se envergonham, ou seja, é com os valores da sociedade dominante que eles se vêem como diferentes e estigmatizados.

Como já havíamos esclarecido, julgamos desnecessário para o presente trabalho considerar o que os vizinhos de bairro têm a dizer sobre os vizinhos ocupantes, mas sim considerar o que os moradores do Garcia têm a dizer sobre o que seus vizinhos dizem deles. Em três das dez entrevistas realizadas os moradores comentaram sobre um abaixo-assinado que teria sido feito pelos moradores legais da Rua dos Franceses para que o Edifício Garcia fosse desocupado. O fato é que, tendo existido ou não o abaixo-assinado, dado que nenhum dos entrevistados tenha visto o documento, o que importa é a crença de que ele existiu e ela, essa crença, serve pra reforçar, na vivência dos moradores do Garcia, o papel de *outsiders* que representam diante dos demais estabelecidos.

Pode-se dizer que o que aflige os moradores não se resume apenas à postura dos seus vizinhos, mas é a postura da sociedade que é reproduzida pelos moradores ocupantes e pelos demais vizinhos do entorno. Norbert Elias já nos advertia que quanto mais fracos são os laços internos de um grupo, mais frágil ele é perante seus opositores, e é essa situação que oprime os moradores do Garcia. A ocupação que deveria ter característica organizada e, portanto, coletiva é tomada por cada um dos moradores como uma situação particular. Eles transformam o edifício em um prédio particular exigem o atendimento de suas questões particulares, por isso usam o espaço como um trampolim para alcançar outra morada. Os moradores não se aceitam, e também não se reconhecem e daí se enfraquecem e incorporam o que tem de pior no desviante, no outsider.

A constante mudança dos moradores do Edifício Garcia e a venda dos imóveis para outrem tornam laços coletivos ainda mais difíceis. Verifica-se de fato um local de “passagem” pra grande maioria dos seus ocupantes, onde ninguém quer ser o “morador de ocupação”, ninguém quer ser visto como agente ilegal, o que torna impossível o reconhecimento de que as questões de moradia referem-se à esfera pública e social, de que é um problema coletivo e que deve ser resolvido socialmente. Remontando a história do Garcia, enfim, encontramos a fraqueza dos ocupantes, oprimidos pelas próprias regras sociais que alimentam, não formam um grupo coeso de resistência frente a essa situação e em decorrência não conferem legitimidade à sua ação e incorporam o estigma de desviante apenas como momento temporário a ser superado em breve pelos seus próprios méritos.

Diante dessa experiência com os moradores do Garcia abre-se para nós inúmeras possibilidades de explicação para este fenômeno que se diferencia da maioria dos casos de ocupação de prédios no centro de São Paulo onde há a ação coletiva a partir da filiação a algum movimento de força política de reivindicação por políticas públicas visando à solução de problemas como este que enfrentam os moradores do Garcia.

Verificar causas maiores e, sobretudo buscar a raiz da apatia aos movimentos coletivos que determinariam outrora alguma possibilidade de mudança das qualidades de vida e,

principalmente o caso da moradia. É de se esperar que para verificar algumas possibilidades relativas a estas questões seria necessária uma pesquisa mais ampla que pudesse captar os movimentos principais de uma sociedade inteira, pois vários fatores colaboram para a descrença popular na eficácia de um movimento de luta popular: alterações nas políticas públicas e na composição dos agentes e atores que participam de sua implementação, gestão e avaliação; o consenso, a generalização, e o posterior desgaste das chamadas práticas participativas em diferentes setores da vida social, e, principalmente a decepção da sociedade civil com a política, tanto com a praticada pelas elites dirigentes como aquela praticada pelos partidos políticos, que progressivamente foram perdendo a capacidade de articular as demandas das camadas populares.

Essas alterações certamente irão desembocar na perda da capacidade de mobilização e do esforço voluntarista que se observa, por exemplo, nos anos 70. Para todos estes apontamentos seria então reservado tempo e trabalho para outra ocasião. Muitas outras possibilidades ficam abertas para responder ao comportamento dos indivíduos do Garcia e quem sabe de muitas outras pessoas que vivem em situação similar por esta cidade.

Referências Bibliográficas

- Almeida, Marco Antonio Bettine., Silva, Alessandro Soares da., & Corrêa, Felipe. (2012). *Psicologia Política: debates e embates de um campo interdisciplinar*. São Paulo: Edições EACH.
- Castells, Manuel. (1983). "A ideologia urbana". In. "*A questão urbana*". Rio De Janeiro: Paz e terra, (3ª Edição)
- Damatta, Roberto. (1977). *A casa & a rua*. Rio De Janeiro: Rocco (5ª. Edição)
- Damatta, Roberto, (1978). O Ofício etnólogo, ou como ter "Antropological Blues". Em Oliveira Nunes, Edson (org.). *A Aventura Sociológica*, Rio de Janeiro: Zahar, p. 23- 35.
- Eco, Umberto. (2002). *Como Se Faz Uma Tese*. São Paulo, Editora Perspectiva. 17º Edição.
- Elias, Norbert. (1970). *Introdução a Sociologia*. Munique: Edições 70.
- Fernández-Crhistlieb, Pablo. (2004). *El Espiritu de la Calle: la psicología política de la cultura cotidiana*. México: Antropos.
- Goffman, Erving. (1988). *Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: LTC (4ª. Edição).
- Scotson, John L. (2002). *Os Estabelecidos e os Outsiders*. Rio de Janeiro: Zahar Ed. .

- Silva, Alessandro Soares da. (2001). Consciência e Participação Política: uma abordagem psicopolítica. *Interações*. 6(12), 67-90.
- Silva, Alessandro Soares da. (2002). *Acampados no Pontal: A Formação da Consciência Política entre Famílias Acampadas no MST*. Dissertação de Mestrado, Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social.. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- Silva, Alessandro Soares da. (2003). Consciência Política, Identidade Coletiva, Família e MST nos Estudos Psicossociais. *Psicologia Política*. *Psicologia Política*, 3(5), 39-55.
- Silva, Alessandro Soares da., & Mello, Jefferson Agostini. (2007). Ocupando espaços e construindo a cidadania: uma reflexão sobre a greve na USP. 2007. XIV ABRAPSO, Rio de Janeiro.
- Queiroz, Maria Isaura P. de (1988). Relatos Oraís: do “indivisível” ao “divizível”, In O. M. Von Simon (org.) *Experimentos com Histórias de vida*. São Paulo: Vértice/ Ed. Revista dos Tribunais. p. 14-43.
- Toledo Lucena, Célia. (1983). *Bixiga, amore mio*. São Paulo: Pannartz.
- Velho, Gilberto (org.) (1977). *Desvio e divergência: uma critica a patologia social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar (2ª. Edição).
- Velho, Gilberto. (1978). “Observando o Familiar”. Em *A Aventura Sociológica*. Oliveira Nunes, Edson (org.). *A Aventura Sociológica*, Rio De Janeiro: Zahar. p. 36-46.
- Velho, Gilberto. (2002). *A utopia urbana: Um estudo da antropologia social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, (6ª. edição).
- Waizbort, Leopoldo (org.). (2001). *Dossiê Norbert Elias*. São Paulo: Edusp (2ª. Edição).

Recebido em 11/04/2012
Revisado em 27/05/2013
Aceito em 29/12/2013